

OI

coleção  
*Cathedra Prima*  
biblioteca de teses de excelência

diretores

*Cláudio Brandão*

*Ana Elisa Bechara*

*Marco Aurélio Florêncio Filho*

**Maria Carolina de Melo Amorim**

O *tempo* do processo e  
a paridade de *armas*





**Belo Horizonte** | **São Paulo**  
 Av. Brasil, 1843, | Av. Paulista, 2444,  
 Savassi, Belo Horizonte, MG | 8º andar, cj 82  
 Tel.: 31 3261 2801 | Bela Vista – São Paulo, SP  
 CEP 30140-007 | CEP 01310-933

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Copyright © 2020, D'Plácido Editora.  
 Copyright © 2020, Maria Carolina de Melo Amorim.

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios,  
 sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

*Editor Chefe* | Plácido Arraes

*Editor* | Tales Leon de Marco

*Produtora Editorial* | Bárbara Rodrigues

*Capa, projeto gráfico* | Letícia Robini

*Diagramação* | Bárbara Rodrigues

#### Catálogo na Publicação (CIP)

A524 Amorim, Maria Carolina de Melo  
 O Tempo do processo e a paridade de armas / Maria Carolina de Melo Amorim. - 1. ed. -  
 Belo Horizonte, São Paulo : D'Plácido, 2020.  
 306 p. - (Cathedra Prima: v. 1)

ISBN 978-65-5589-155-3

1. Direito. 2. Direito Penal. I. Título.

CDD: 341.5

Biblioteca responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472

D'PLÁCIDO



\*  
 Rodapé



# Sumário

<b>Lista de abreviaturas</b> .....	<b>13</b>
<b>Prefácio</b> .....	<b>15</b>
<b>Apresentação: Uma defensora nata: Maria Carolina de Melo Amorim</b> .....	<b>19</b>
<b>1. Introdução</b> .....	<b>25</b>
<b>2. O processo penal definido pela ordem constitucional. princípios constitucionais e fundamentos. A nova face do processo penal contemporâneo</b> .....	<b>37</b>
2.1. O processo penal constitucional: o processo penal como direito constitucional aplicado.....	41
2.2. Dignidade humana e os princípios constitucionais informadores do processo penal brasileiro.....	46
2.2.1. A dignidade da pessoa humana e sua relação com o processo penal brasileiro e a aplicabilidade do princípio da duração razoável do processo.....	57
2.3. O processo penal contemporâneo e o paradigma da corrupção. O novo padrão de atuação no processo penal, suas causas e seu panorama constitucional.....	62

2.3.1. O aparelhamento da Polícia Federal brasileira .....	66
2.3.2. A organização e o crescimento do Ministério Público Federal como órgão controlador da polícia e investigador nos casos de grande repercussão .....	68
2.3.3. A mídia e a opinião pública em face de um novo modelo de processo penal e o paradigma da corrupção .....	71
<b>3. ● princípio da celeridade e o prazo razoável no processo penal .....</b>	<b>89</b>
3.1. Celeridade, linguagem e semiótica. A abstração do conceito, a adequabilidade do tempo ao processo e as soluções encontradas pela Corte Europeia de Direitos Humanos para definir o prazo razoável .....	101
3.2. Celeridade, prisão e a doutrina do não prazo no Brasil. O marco temporal hoje admitido no processo penal brasileiro e o posicionamento da jurisprudência brasileira. As soluções da legislação paraguaia .....	110
3.2.1. O Conselho Nacional de Justiça e a celeridade como objetivo judicial .....	122
3.2.2. A lei 13.964/19 e o Projeto de Lei em trâmite no Congresso Nacional para reforma do Código de Processo Penal .....	126
3.3. Celeridade e segurança jurídica .....	134
<b>4. A isonomia entre as partes e sua importância para o processo penal .....</b>	<b>141</b>
4.1. A isonomia processual penal como princípio jurídico autônomo e sua relação com o contraditório .....	151
4.2. O sistema adversarial e o conceito ideal de isonomia processual .....	160
4.3. A situação brasileira e o patente desequilíbrio entre as partes acusatória e defensiva no processo penal brasileiro .....	166
4.3.1. Do atributo que define a diferenciação entre as partes acusadora e acusada .....	169
<b>5. ● tempo do processo e a isonomia entre as partes. A interferência da celeridade processual na paridade entre acusação e defesa .....</b>	<b>175</b>

5.1. As cartas precatórias, rogatórias e o prejuízo na produção da prova defensiva .....	178
5.2. Da obrigatoriedade da defesa levar suas testemunhas à audiência independentemente de intimação judicial. Inteligência do artigo 396-A, entendimento jurisprudencial e desequilíbrio de poderes entre as partes em nome da eficiência .....	187
5.3. A situação do réu preso e a velocidade do processo .....	190
5.4. O problema do inquérito. A investigação criminal inquisitória e o desequilíbrio de tempo para as partes processuais. A comparação do tempo do inquérito com o tempo da ação penal. Desequilíbrio probatório que atinge a futura fase judicial .....	193
5.4.1. O aparato técnico utilizado em investigações complexas, a desigualdade de poderes na produção da prova e a necessidade de regulamentação por lei da investigação defensiva .....	198
5.4.2. Do excesso do uso de meios ocultos de prova, abusos de prisão preventiva e meios que enfraquecem a liberdade de defesa, praticados na fase de Inquérito. Ausência de controle da prova que interfere no futuro desequilíbrio das partes .....	209
5.4.3. O prazo de resposta à denúncia e o desequilíbrio na paridade .....	211
<b>6. A colidência de princípios, a ponderação guiada pelo princípio da dignidade da pessoa humana e as soluções para a problemática apresentada .....</b>	<b>215</b>
6.1. As soluções para a morosidade do Judiciário. Necessidade de celeridade sem violar a produção probatória da defesa .....	226
6.2. As soluções para a falta de paridade nas situações descritas. Mudança legislativa, mudança de padrão comportamental dos operadores e mediação pelo juiz para assegurar a paridade entre as partes .....	234
6.2.1. Quanto ao seguimento do feito pendente de carta precatória, acordo MLAT e carta rogatória. Soluções: mudanças na legislação processual penal e na postura dos operadores do direito .....	235

6.2.2. Quanto à obrigatoriedade da defesa de levar suas testemunhas à audiência sem intimação judicial. Solução: mudança na legislação processual penal.....	239
6.2.3. A situação do réu preso e a velocidade do processo. Solução: mudança de postura dos operadores do direito quanto à imprescindibilidade do exercício da defesa com réu preso e impossibilidade de interferências externas que maculem a imparcialidade do julgador.....	240
6.2.4. O problema do inquérito. Soluções que perpassam por uma maior atuação defensiva na fase inquisitória e maior equilíbrio entre o tempo da investigação acusatória e do processo penal.....	243
6.2.4.1. Quanto ao equilíbrio de tempo entre o inquérito policial e a ação penal. Solução: mudança na legislação e controle judicial do tempo do inquérito.....	248
6.2.4.2. Quanto ao excesso, na fase de inquérito, de medidas restritivas de direito ou invasivas com relação à privacidade do investigado e o futuro desequilíbrio causado na produção probatória da ação penal. Solução: mudança de paradigma para enxergar o inquérito conforme a Constituição de 1988. Giro conceitual na finalidade do inquérito hoje aplicado para permitir, através de variações sistemáticas no procedimento, maior interferência da defesa.....	259
6.2.4.3. Quanto ao curto prazo para resposta à acusação em ação penal complexa e com inquérito policial duradouro. Solução: readequar o prazo à complexidade das provas colhidas.....	271
<b>Conclusões.....</b>	<b>277</b>
<b>Referências.....</b>	<b>295</b>